

ACTA Nº. 16**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2012:**

Aos vinte e dois dias do mês Junho do ano dois mil e doze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Votação da Acta n.º 15 - Sessão de 27 de Abril de 2012; -----
- 2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 3) Revisão Orçamental Nº 1; -----
- 4) Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal; -----
- 5) Autorização para o Recrutamento Excepcional de Trabalhadores – Proposta nº 11/2012; -----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltaram com justificação os Senhores Carlos Alberto Alves Pinheiro, Inês Alexandra Gomes Várzeas, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Manuel Lindo Cardoso, Presidente de Junta de Freguesia de Casal Comba e José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça. Faltou sem justificação o Senhor Bruno Manuel Pereira Coimbra. Solicitaram ainda substituição os Senhores Rui Manuel Leal Marqueiro, Luís Miguel Pereira Brandão, Benjamim Nogueira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Antes, e Homero Cristina Serra, Presidente da Junta de Freguesia de Luso, os quais foram substituídos respectivamente pelos Senhores Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Emídio dos Santos, Eugénio Baptista da Cruz e Jorge Campos Carvalho, no seguimento dos pedidos de substituição previamente apresentados. -----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que, de agora em diante e segundo indicações do Tribunal de Contas, os membros desta Assembleia Municipal teriam que ser identificados quanto à orientação das suas votações nas deliberações desta Assembleia Municipal. Neste sentido, solicitou a compreensão dos deputados municipais para este facto e para eventuais demoras que possam surgir no decorrer das votações. Aconselhou ainda que as Assembleias de Freguesia deveriam também proceder de igual forma, pelo que iria enviar aos respectivos presidentes, cópia das referidas indicações do Tribunal de Contas. Informou sobre a correspondência que foi recebida, desde a última sessão desta Assembleia Municipal, nomeadamente sobre a convocação para o XX Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e sugeriu que fosse nomeado, já nesta sessão da Assembleia Municipal, o Presidente de Junta que se iria juntar aos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Assim sendo, evitaria a realização de uma Assembleia Extraordinária para discutir este ponto. Assim, colocou à votação a inclusão do ponto “Nomeação de Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto para o XX Congresso da ANMP” e a mesma foi aprovada por unanimidade. Sobre a lei dos compromissos, de forma a esclarecer devidamente sobre esta questão, informou que requereu um

parecer sobre a questão mencionada à CCDR, tendo já recebido o referido parecer. Neste sentido, referiu que iria enviar cópia do mesmo a todos os Presidentes de Junta para que todos fossem devidamente esclarecidos. Recebeu também um ofício do Hospital de Anadia a solicitar que a presente Assembleia Municipal nomeasse o seu representante para integrar o Conselho Consultivo daquele Hospital, na medida em que muitos dos seus utentes são do concelho de Mealhada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão e perguntou se alguém queria inscrever-se neste período. Não havendo quaisquer intervenções encerrou o período de intervenção do público. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e foram inscritos os Senhores António Neves e Jorge Carvalho. -
- Tomou a palavra o Senhor António Neves para apresentar o seguinte requerimento: -----

REQUERIMENTO

- Perguntas dirigidas ao Ministro da Economia e do Emprego -----

Na última reunião foi aprovada uma deliberação desta Assembleia que comportava um conjunto de perguntas a dirigir ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego a propósito do ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz. São perguntas suscitadas por declarações à comunicação social feitas por Álvaro Santos Pereira, há algum tempo, durante uma visita a Cantanhede em que foi confrontado com o encerramento da linha e com o interesse, no caso, manifestado por empresários do concelho vizinho, na sua reabertura. -----

Cuidamos saber que o governante, apesar do tempo que já passou, poderá ainda não se ter dignado a responder àquilo que a Assembleia Municipal, legitimamente, lhe perguntou. -----

No sentido de que esta Assembleia e, através dela, os munícipes da Mealhada possam continuar a acompanhar este dossier, como tem sido dito, de grande importância para o concelho, a região e o país, os eleitos da CDU requerem a V.^a Ex.^a se digne informar se se confirma a ausência de resposta às perguntas que, resumindo, pretendiam saber: -----

- em que consistirá o declarado interesse do Governo em analisar a questão do ramal, de acordo com as tais afirmações públicas; -----

- que estudos foram desencadeados pelo Governo para avaliar tal possibilidade; -----

- que resultados de outros estudos então na posse do Governo; -----

- a este propósito, que iniciativas já foram promovidas pelo Senhor Ministro, desde as suas declarações em Cantanhede. -----

No caso de se confirmar – o que desde já lamentaríamos – a ausência de resposta do governante, e sem pretender, obviamente, substituir a iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os eleitos da CDU sugerem que o Senhor Presidente oficie ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego, insistindo em obter as respostas às perguntas anteriormente formuladas e que esta Assembleia e a população do concelho querem ver respondidas. Naturalmente, também a opinião pública em geral é credora de tais esclarecimentos, face ao que foi dito pelo Senhor Ministro Álvaro Santos Pereira. -----

Esta nossa insistência na obtenção das respostas devidas decorre também de novas declarações do mesmo ministro, de sentido semelhante às proferidas em Cantanhede, face à justa pressão de autarcas da área metropolitana do Porto contra o encerramento projectado pelo actual Governo da linha do Vouga. Na nossa opinião e embora tal já não nos possa surpreender, não seria aceitável que um ministro, mesmo Álvaro Santos Pereira, andasse pelo país a proferir afirmações levianas, criando falsas expectativas para, em visitas governamentais, fugir aos problemas que lhe são colocados e criando ilusões que nada têm a ver com as intenções do seu governo. -----

Esperamos, ainda assim, que este não tenha sido o caso do que ficou registado pela comunicação social, em Cantanhede, no dia 27 de Janeiro. -----

Os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a Assembleia não obteve qualquer resposta ao requerimento enviado ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego, nem sequer um ofício a confirmar a recepção do requerimento enviado por esta Assembleia Municipal. Referiu ainda que será de esperar que esta Assembleia fique sem qualquer resposta, às questões colocadas. -----

*- Interveio o Senhor António Neves para proferir a seguinte intervenção escrita: "Estamos convictos de que não há dúvidas sobre a assumida oposição da CDU ao projecto de agregação/liquidação de freguesias lançado pelo Governo e aprovado pela concordância da maioria dos deputados da Assembleia da República. Não restarão dúvidas dentro e fora desta Assembleia Municipal de que nós entendemos que é obrigatório contestar a grave intenção de que quase todos dizem discordar mas que, mesmo assim, mobilizou o Governo e que recolheu uma maioria de votos a favor no Parlamento, incluindo de deputados eleitos no nosso distrito, também com votos de eleitores da Mealhada. Aliás, nós na CDU identificamos o violento ataque ao poder local que inclui, entre outras barbaridades, a extinção de freguesias neste concelho, como mais um negativíssimo aspecto das políticas com que o Governo e a sua maioria, recolhendo apoios suficientes noutras áreas do chamado **arco do poder**, estão, verdadeiramente, a torturar e a esvaziar o país, os trabalhadores, os reformados, as populações, a generalidade do povo. -----*

Queremos aqui registar – saudar, mesmo! – a posição que o executivo camarário reiterou contra a redução de freguesias no concelho. Lemos que o consenso acerca desta rejeição será vertido para um texto que a Câmara trará a esta Assembleia. Não acreditamos que bastem tomadas de posição deste tipo, mas entendemos que a Câmara presta, assim, mais um importante contributo à luta contra a destruição de freguesias e contra o ataque ao poder local que tão grandes danos pode provocar na Mealhada. Entretanto, lembramos – talvez não fosse preciso – que noutras regiões continuam a ter lugar acções de protesto contra a Lei nº 22/2012, envolvendo autarcas e populações. A contestação no espaço público é, sem dúvida, uma dimensão de contestação decisiva para evitar o pior; é por aqui, muito por aqui, que se podem criar condições para evitar a liquidação de freguesias e o ataque ao poder local. Dizemos: miseráveis opções políticas, estas! -----

O registo e a saudação que fazemos não nos impedem, no entanto, de voltar a manifestar perplexidade face a alguns posicionamentos políticos. -----

Tal perplexidade dirige-se, como é evidente, primeiro, aos eleitos pelo PS. O memorando da troika que, com propriedade, designamos como **pacto de agressão**, foi subscrito pelo PS, enquanto governo. Apontava o caminho de ataque ao poder local que está em marcha. Não só o PS tem directas responsabilidades na subscrição destas coisas, como mais de um ano volvido, continua gago e frouxo, incapaz de olhar para a frente e de assumir a rejeição do pacto e de fazer uma oposição real e consistente às políticas que com ele vão sendo justificadas, uma oposição em defesa da soberania de Portugal e do seu povo, já tão martirizado com as consequências das imposições externas e dos fundamentalismos ideológicos do actual governo. -----

A nossa perplexidade é suscitada também, e por maioria de razão, pelas posições assumidas por eleitos locais do PSD, precisamente o partido que dirige agora o ataque e a eliminação de freguesias. Pretendem dizer-nos que isso é o PSD nacional e não o PSD da Mealhada... Confessamos não entender esta tonteria política que nos dispensamos de escarpelizar em pormenor. Lá virá, às tantas, o rosário tradicional de acusações ao Partido Comunista e aos comunistas, versando o folclore habitual? Insuficiências políticas e má consciência costumam animar, não o esclarecimento cuidado de posições, mas o ataque de quem não tem muito para defender a incoerência das suas posições... -----

A este propósito, reiteramos aqui as perguntas que na sessão anterior dirigimos ao eleito do PSD, o Sr. Bruno Coimbra, que votou favoravelmente a extinção de freguesias da nossa terra. Não será preciso voltar a formulá-las. Com toda a certeza o também deputado na Assembleia da República chegou a saber quais foram. -----

Ontem, dia 21, fez um ano que o Governo PSD/CDS tomou posse. Os estragos infligidos durante este ano até fazem estranha a ideia de que foi só há um ano: tanto desemprego, tanta pobreza e mais pobreza a crescer todos os dias, tantas famílias a verem a vida a andar para trás, tantas empresas a falirem, as dificuldades de acesso à saúde, o abandono escolar e a asfixia e retrocesso do sistema educativo que devia ser um farol da democracia, tanta subserviência aos fortes e tanto pulso forte com os fracos, tanta desigualdade, e a insaciável vertigem da exploração do trabalho, promovida por Governo e aliados desta gula sem fim, promulgada sem decoro pelo Presidente da República. -----

Um ano volvido, o Governo que fez tanta miséria, faz de conta que não vê o que anda a fazer. Sem vergonha, porque nestas coisas do serviço aos poderosos não lhes resta espaço para tanto, vieram os governantes vangloriar-se do trabalho que agora fazem no Governo e que amanhã continuarão em grandes conselhos de administração de bancos e grupos económicos. Proclamaram os governantes aos portugueses, parcialmente adormecidos com as emoções do euro futebol que a coisa vai no bom caminho! -----

Mas a dívida continua a aumentar... O défice, já se sabia, não dá sinais de diminuir... A economia está em coma... Os portugueses, ou melhor, a sua grande maioria, vive pior... As dificuldades aumentam... O desemprego galopa... Os salários, que é aquilo de que vive quem trabalha, emagrecem a cada investida... Morrem mais idosos, e antes disso apenas sobrevivem... Faltam cuidados de saúde a quem deles precisa... Há mais mesas sem comida que preste ou mesmo sem comida alguma; há crianças que só atenuam a fome na cantina da escola... Estudantes que desistem... Há uma geração de inegáveis qualificações que é convidada pelos governantes a emigrar e que,

aos milhares, vai pôr o que aprendeu ao serviço da população de riqueza em países terceiros... -----

O PCP apresentou uma moção de censura na Assembleia da República. É a tradução, no Parlamento, da censura que manifestam, todos os dias, todos os que lutam, inconformados com o que vai neste ano de governação. É também a censura de muitos outros que, não participando ainda na luta, sentem e compreendem as injustiças, as carências, os abusos, sentem a pedra tumular que as políticas da direita tentam tombar sobre o seu futuro. -----

*Disseram para aí que o que era importante era a **estabilidade política**. Nós achamos que o que é importante são as políticas seguidas, e não a estabilidade do que, de tão mau, não poderemos, em caso algum, aceitar como estável!* -----

O que podemos fazer, todos nós, se não censurar fortemente o que o Governo nos fez neste ano de exercício?! O que poderemos fazer se não pugnar pelas alternativas que existem, insistentemente apresentadas por quem as propõe? E até cada vez mais faladas por quem há pouco tempo as excomungava? -----

Nós, eleitos da CDU, conscientes da composição desta Assembleia, mas também dos deveres que os aqui eleitos têm perante o povo que os elegeu, afirmamos: todos nós, aqui e lá fora, temos obrigação de censurar o actual Governo, se formos realmente representantes do povo que nos elegeu. -----

Dissemos... -----

Os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves” -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para lembrar que a direita está hoje no governo porque o PCP, juntamente com Os Verdes, se aliou à direita para derrubar o anterior Governo do PS, aquando do chumbo do PEC IV. Relembrou ainda que o FMI nunca teria entrado em Portugal se o anterior Governo não tivesse sido “derrubado”, o qual pugnava por melhores condições de vida para os portugueses e onde seguramente não estaríamos na nossa situação actual. Referiu que há três anos foi lançado um concurso de poesia pela Câmara Municipal de Mealhada, em conjunto com a Fundação da Mata do Buçaco. Referiu que o próprio concorreu com três poemas, dos quais dois foram seleccionados para integrar um livro com dez poemas a ser editado e comercializado na Fundação Mata do Buçaco, entre outros locais. Acontece que esse livro, após três anos e até hoje, não foi ainda editado. Assim, questionou qual motivo pela não publicação do referido livro e se iria ser ou não publicado. -----

- Interveio o Senhor Vereador Júlio Penetra para referir que o livro efectivamente ainda não foi publicado pelo que o projecto inicial previa não só a publicação dos dez poemas premiados mas também algumas outras iniciativas deste género. A verdade é que estas iniciativas que seriam agendadas nunca se chegaram a realizar e têm assim que decidir se a publicação do referido livro de poesias avançará apenas com as dez poesias premiadas, ou não. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para felicitar os Senhores Luís Brandão e Rui Marqueiro pela sua nomeação para os cargos de relevo nos seus respectivos partidos. Referiu ainda que existe efectivamente uma grande preocupação com a reforma territorial levada a cabo pela Reforma da Administração Local e informou que a Assembleia Municipal, se assim o entender, terá de se pronunciar sobre esta questão num prazo de noventa dias.

No entanto, existe uma confusão com o prazo estipulado no sentido de não haver certeza se a contagem dos dias é seguida ou se se contarão apenas os dias úteis. Referiu também que os Presidentes da Mesa da Assembleia Municipal de algumas autarquias estão a agendar uma sessão extraordinária para debater esta questão, nomeadamente entre os meses de Julho e Agosto. Assim, questionou qual seria a opinião da Assembleia Municipal, principalmente dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, sobre esta matéria. -----

- Interveio o Senhor Delfim Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, para referir que não foi eleito para extinguir freguesias, pelo que muito provavelmente não estará presente na sessão da Assembleia Municipal destinada à discussão desta matéria. -----

- Interveio o Senhor Vítor Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, para referir que o trabalho da Junta de Freguesia de Pampilhosa está feito, pelo que o mesmo será entregue à Assembleia Municipal em tempo oportuno e reforçou a posição da freguesia de Pampilhosa em manter a divisão do concelho tal e qual como agora se encontra. -----

- Interveio o Senhor José Barroso Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, para referir que a posição da Junta de Freguesia de Mealhada foi e será sempre a mesma. Referiu que foi criada uma amizade entre os diferentes Presidentes de Junta, independentemente dos divergentes pensamentos políticos, e entende que este grupo de amigos não pode ser desfeito, pelo que não existe a necessidade de acabar com qualquer freguesia deste concelho. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que agendará uma sessão extraordinária entre os dias 17 e 24 de Agosto, para que este ponto possa ser devidamente discutido, a realizar-se ou na freguesia de Vacariça, ou na freguesia de Barcouço. -----

- Interveio o Senhor Vitor Matos para apelar a todos os Presidentes de Junta que tomem uma decisão e que se pronunciem devidamente sobre a Reorganização Territorial, levada a cabo pela Reforma da Administração Local.

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho, enquanto representante da Junta de Freguesia de Luso, para referir que a freguesia do Luso é contra a eliminação de qualquer freguesia do concelho de Mealhada. Referiu ainda que ouviu com apreço a explicação do Senhor Vereador Júlio Penetra e esclareceu que não levantou a referida questão por motivos pessoais mas sim de um concurso público da Câmara Municipal de Mealhada. -----

- **1 – ACTA Nº 15 – SESSÃO DE 27 DE ABRIL DE 2012:** -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que já foram entregues algumas sugestões do correcção e questionou se alguém queria usar da palavra. Não havendo qualquer intervenção, colocou a Acta n.º 15 – Sessão de 27 de Abril de 2012 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

- . José Miguel da Rosa Felgueiras: A Favor
- . Manuel Jacinto Gaspar Silva: A Favor
- . António Ferreira Ribeiro: A Favor
- . Manuel Amorim da Silva: A Favor
- . Carlos Alberto Alves Pinheiro: Faltou
- . Guilherme José Campos Duarte: A Favor
- . Luís Filipe Tovim Ferreira: A Favor

. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	Faltou
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. António José da Silva Breda:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:.....	A Favor
. Bruno Manuel Pereira Coimbra:.....	Faltou
. Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:.....	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:.....	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:.....	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:.....	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Faltou
. António Nogueira das Neves:.....	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Eugénio Baptista da Cruz:.....	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:.....	A Favor
. Manuel Lindo Cardoso:	Faltou
. Jorge Campos Carvalho:.....	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:.....	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:.....	A Favor
. José Alves Rosa:.....	Faltou
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

2- INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira do Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar as seguintes intervenções escritas: -----

- Pergunta sobre o futuro do programa das AEC do 1º CEB e dos seus técnicos: -----

Gostaríamos de, através de si, colocar algumas questões neste ponto da ordem de trabalhos, certamente a serem respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara ou pela Senhora Vice-Presidente. -----

As perguntas têm a ver com o futuro do programa das actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico, conhecidas por AEC, e dos técnicos que têm assegurado, quer a sua dinâmica diária, quer os eventos de maior dimensão de que a Câmara faz notícia. -----

Nos documentos de apoio a esta reunião, ficámos informados de alguns desses eventos realizados no âmbito ou como acrescento àquele programa. Não queremos aqui discutir a verdadeira valia do conceito das AEC, nem as preocupações justificadas acerca da excessiva escolarização das crianças dos níveis etários em apreço ou os equívocos fundadores destas actividades, entre leccionação e actividades de enriquecimento curricular, ou entre currículo e componente de apoio à família. Também não é altura de discutir modelos e soluções alternativas, que os há, à forma como se organizam as AEC. -----

Nem é o momento de voltar a discutir a precariedade laboral, da maior que se tinha visto na área da Educação e que marcou e ainda marca de forma negativa as AEC. Um parêntesis para assinalar que, dentro da precariedade que é pecado original nestas actividades, a Câmara Municipal de Mealhada

portou-se bem melhor do que muitas outras autarquias. O problema estava mesmo a montante! -----

A nossa pergunta é simples: tem a Câmara algum conhecimento, alguma informação oficial ou outra sobre o funcionamento das AEC no próximo ano lectivo? Há alguma informação sobre alterações a este nível, perspectivas de, por exemplo, serem feitas amputações nas verbas do programa ou a atribuição deste trabalho aos docentes das escolas, deixando no desemprego os actuais técnicos das AEC? -----

Justificamos a pergunta. -----

O governo tem em marcha um conjunto de medidas que, para além de visar lançar no desemprego milhares de professores contratados a partir de 1 de Setembro, retirando-os das escolas, irá fazer com que muitos docentes dos quadros se vejam sem trabalho lectivo que as escolas lhes possam atribuir. Isto nada tem a ver com a redução do trabalho e das necessidades das escolas mas, como dizíamos, com uma opção política pelo corte de despesa em recursos humanos, o que há de mais importante em Educação. (Os alunos que se “lixem”, as escolas que se “lixem”, os profissionais da educação que se “lixem”... O governo corta milhões nas escolas para que haja milhões para outros fins... e outros interesses.) -----

Perante isto, estamos muito preocupados com o futuro imediato dos profissionais que têm exercido funções nas AEC, não só, mas muitos deles professores. Independentemente de outras considerações, esta é hoje a sua actividade, o seu ganha-pão, a tábua a que se agarram, regra geral, com mais dedicação e brio do que os que corresponderiam à incerteza e precariedade a que são obrigados. -----

Senhor Presidente: Há alguma informação que permita confirmar ou invalidar esta nossa justificada preocupação? -----

Muito obrigado, -----

Os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves -----

- Ponto 2 da Ordem de trabalhos (informação do Presidente da Câmara Municipal) -----

Antes de mais, queremos aqui registar e saudar a criação do sistema de teleassistência a idosos, inaugurada há pouco tempo, e que de algum modo vai ao encontro das propostas e preocupações sobre este assunto, manifestadas pelo PCP, aquando da apresentação das propostas para o Orçamento e Opções do Plano da Câmara Municipal de 2012. -----

Ainda nesta área, nomeadamente na habitação social, e como consta da rubrica “**Obras em Fase de Concurso**”, estão previstos investimentos em arranjos exteriores do Bairro Social do Canedo. -----

Neste sentido, perguntamos a V.^a Ex.^a, em que é que consiste estes arranjos e quais os custos previstos para a sua execução? -----

Já agora e não saindo do tema, voltamos à questão apresenta por nós há dois anos, aquando da apresentação das propostas para o Orçamento e Plano, que tinha como objectivo fomentar e estimular, através dos Serviços Sociais, a criação de comissões de moradores nos bairros sociais do concelho, de modo a que os moradores sentissem aquelas infraestruturas como suas, se responsabilizassem por elas não as deixando degradar. Além de que, pensamos, envolvendo-os, seria uma forma de evitar ou pelo menos atenuar,

que algum daquele capital humano se arraste e deambule pelas localidades sem nada para fazer. -----

Gostaríamos de saber o que é que V.^a Ex.^a tem a dizer sobre esta questão? ----

A CDU -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir, relativamente à questão das AEC, que à Câmara Municipal não chegou qualquer informação para o ano de 2012. No entanto, referiu que se houver a possibilidade de se manter o contracto com o Ministério da Educação relativamente às AEC, é natural que a Câmara Municipal continuará com o referido programa e com a dinamização dessas actividades. Relativamente ao programa de teleassistência aos idosos deste concelho, referiu que é um programa experimental da CIM – Baixo Mondego que envolve a assistência a sensivelmente 250 idosos dos 10 concelhos que integram a CIM do Baixo Mondego. Salientou ainda que, no concelho de Mealhada, é prestada a referida teleassistência a 10 idosos. É da opinião que esta é uma experiência positiva, mas que tem algumas dificuldades, nomeadamente na manutenção do sistema de assistência devido ao seu custo elevado, apesar de ser um projecto experimental e de não imputar quaisquer custos para a Autarquia. Sobre os arranjos exteriores do Bairro Social do Canedo, referiu que estes arranjos se referem a todas as áreas que não foram intervencionadas aquando da sua recuperação, nomeadamente os estacionamento, alguns taludes e alguns ajustes que seja necessário efectuar. Sobre a constituição de comissões de moradores dos Bairros Sociais, referiu que é uma questão preocupante, particularmente no caso do Bairro Social da Mealhada, na medida em que o Bairro não é todo ele social, sendo que 10 das 24 casas do Bairro Social são privadas. Relativamente ao Bairro Social do Canedo, se os seus inquilinos se movimentarem no sentido de criar a referida comissão de moradores, referiu que a Câmara Municipal estará inteiramente disponível e não criará qualquer tipo de oposição a este tipo de iniciativa. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para questionar se o Senhor Presidente da Câmara foi efectivamente chamado a comparecer na CCDR juntamente com os restantes Presidentes de Câmara dos concelhos que integram a CIM do Baixo Mondego e, em caso afirmativo, quais terão sido as orientações estipuladas pela CCDR, quanto a uma matéria que tem sido amplamente divulgada pelas rádios e que a todos preocupa. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que os Presidentes de Câmara não foram convocados para comparecer na CCDR, mas sim que foram eles próprios solicitaram uma reunião urgente com o Senhor Presidente da CCDR. Esta reunião surge no seguimento de uma reunião dos Presidentes das CIMs da região do Centro, onde foram informados que a Administração Central iria cativar os fundos comunitários destinados às autarquias no âmbito do programa Operacional do Centro. Referiu que foi informado pelo Presidente da CIM do Baixo Mondego que seriam necessários a nível nacional 300 milhões de euros para o chamado “Impulso Jovem” e que esse dinheiro viria das autarquias. Acontece que muitos desses fundos comunitários já estariam contratualizados, embora o concelho da Mealhada não seja muito prejudicada numa primeira fase porque tem uma elevada taxa de execução, mas que em vários outros casos, a falta destes fundos pode ser muito preocupante, principalmente em casos em que as taxas de execução são reduzidas. A maior preocupação não será pela simples retirada de dinheiro às autarquias, mas sim

pela retirada de dinheiro que estava a gerar emprego e a fazer obra para a população. Em caso de não haver dinheiro, as empresas contratadas terão de ficar sem esses trabalhos e ainda terão que ser indemnizadas pelas autarquias, para não falar do desemprego que poderá ser gerado pela consequente falta de trabalho. Neste sentido, fica a dúvida se esta medida será realmente o “Impulso Jovem” ou outra coisa... Esta questão criou uma situação embaraçosa a muitas autarquias, como também à autarquia da Mealhada, e foi neste sentido que foi solicitada uma audiência ao Senhor Presidente da CCDR – Centro. Nessa audiência, houve a particularidade de estar presente um observador mandatado pelo Ministério, um funcionário superior da Administração Central, o que fez parecer que tínhamos recuado 40 ou 50 anos no tempo e que o Governo já nem na CCDR confia, quando foi o próprio Governo que nomeou os membros da CCDR. O Senhor Presidente da CCDR teve uma atitude digna e correctíssima para com os Presidentes de Câmara presentes, estando completamente ao seu lado e referindo que existiam efectivamente fortes razões para o seu descontentamento com esta questão. Até a Universidade de Coimbra será seriamente afectada com esta medida. Salientou que esta situação é trágica, não estavam a acreditar naquilo que ouviram na reunião e foram solicitados alguns esclarecimentos ao Governo sobre esta situação. Referiu que será agendada uma reunião das CIMs do Centro no sentido de ser tomada uma posição pública e colectiva. Realçou também que nenhum dos Presidentes da Câmara foi para a reunião com a camisola partidária vestida e afirmou que esta medida é o maior ataque que é possível ser feito ao poder local. Referiu ainda que esta é uma atitude premeditada para decapitar as Câmaras Municipais e chegou a pensar se era realmente verdade o que tinha ouvido na referida reunião. Referiu também que, neste momento, deve ser extremamente difícil ser Presidente de Câmara eleito pelo PSD e todos eles estiveram na reunião, com toda a dignidade, a dar a cara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a situação era pior do que pensava, os esclarecimentos prestados foram extremamente claros e por isso não tecerá qualquer comentário. -----

3- REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1: -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que esta revisão tem como objectivo aproveitar o saldo de gerência remanescente, para reafectar algumas das rúbricas mencionadas na documentação anexa e para abrir também 2 ou 3 rúbricas novas, necessárias para a continuação dos trabalhos da Câmara Municipal. Referiu também que a Câmara Municipal tem tido muita dificuldade em realizar obras e que alguém está a querer parar o desenvolvimento do país. Referiu ainda que a Câmara Municipal não tem qualquer obra em curso no mês de Junho. Houve até uma obra que foi devolvida porque o Tribunal de Contas não conseguiu ver as assinaturas electrónicas do Presidente da Câmara Municipal e do empreiteiro da obra. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que não pode falar da sua situação mas imagina o quão difícil poderá ser às Câmaras Municipais endividadas para realizarem as suas obras. E com a entrada em vigor do novo Decreto Regulamentar, acredita que metade das Câmaras Municipais do país irão suspender as suas obras. Questionou ainda se alguém queria usar da palavra neste ponto. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para solicitar novamente ao Executivo para colocar duas lombas na Rua dos Moínhos, Luso, uma vez que já lá faleceu uma pessoa e já houve recentemente dois acidentes naquele local. De igual modo, solicitou que a Câmara Municipal desse seguimento às obras e que colocasse a Rotunda dos Garrafões em funcionamento. Ainda sobre a extinção de freguesias, entregou na Mesa da Assembleia Municipal o seguinte documento: -----

“Hoje foi consumado, como temíamos, o ataque final às nossas freguesias. Lei nº 22/2012, de 30 de Maio. -----

Pelo menos, duas freguesias do concelho de Mealhada deixarão de existir. ----- Os senhores deputados do PSD e do CDS, pelo Círculo de Aveiro, estão satisfeitos? -----

O Senhor Bruno Coimbra está agradado com esta lei? Se for a freguesia do Luso a ser agregada, o Senhor Bruno Coimbra fica contente? Acha que o povo do concelho da Mealhada está satisfeito por ter votado a favor desta Lei?? ----- <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10500/0282602836.pdf> -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Revisão Orçamental Nº 1 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Carlos Alberto Alves Pinheiro:	Faltou
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	Faltou
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. António José da Silva Breda:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Bruno Manuel Pereira Coimbra:	Faltou
. Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Faltou
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Eugénio Baptista da Cruz:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	A Favor
. Manuel Lindo Cardoso:	Faltou
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor
. José Alves Rosa:	Faltou
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

4 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que para cumprir escrupulosamente a Lei, sempre que a Câmara Municipal queira lançar uma obra plurianual, mesmo que tenha um prazo de execução de seis meses, a Assembleia Municipal terá que reunir para aprovar ou não a execução dessa

obra. Ora a Câmara Municipal lança muitas obras deste género, pelo que este documento vem solicitar à Assembleia Municipal a dispensa de autorização prévia, dentro dos limites fixados na proposta, para a realização das referidas obras, muitas delas já aprovadas pelo Orçamento Municipal. Caberá assim à Câmara Municipal comunicar posteriormente à Assembleia Municipal o lançamento das obras deste género que forem lançadas, evitando assim toda a carga burocrática imposta pela Lei dos Compromissos. Lei que tem dado dinheiro a ganhar a muita gente devido à quantidade de formações e formadores que existem sobre esta matéria e por isso “felicitou” a ignorância do legislador desta Lei, o que é lamentável. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que esta é a Lei mais estúpida dos últimos seis meses, pelo menos, enquanto não sair outra ainda mais estúpida. Questionou se alguém queria intervir sobre esta matéria e não havendo qualquer intervenção, colocou à votação a Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Carlos Alberto Alves Pinheiro:	Faltou
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	Faltou
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. António José da Silva Breda:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Bruno Manuel Pereira Coimbra:	Faltou
. Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Faltou
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Eugénio Baptista da Cruz:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	A Favor
. Manuel Lindo Cardoso:	Faltou
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor
. José Alves Rosa:	Faltou
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

5 - AUTORIZAÇÃO PARA O RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE TRABALHADORES - PROPOSTA

11/2012: -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que a Câmara tem a necessidade de recrutamento de 3 Assistentes Operacionais para a Divisão de Administração e Conservação do Território, e dois para o sector da Educação e do Desporto. Estes funcionários destinam-se às funções de limpeza, para a área de jardinagem e um para tripulante de carro do lixo.

Comentou ainda que esta autorização teria que ser inicialmente pedida ao governo, para que a Câmara Municipal pudesse abrir concurso. No entanto, a Associação Nacional de Municípios conseguiu que fossem as Assembleias Municipais a decidir sobre a presente autorização. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou que se alguém queria usar da palavra sobre este assunto. -----

- Interveio o Senhor António Neves para considerar que esta medida vem no seguimento da Reforma da Administração Local, na medida em que as Assembleias Municipais terão responsabilidades acrescidas, deixando assim de ser uma “Rainha de Inglaterra” para ser um “Rei de Espanha” ou um “Obama”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Autorização para o Recrutamento Excepcional de Trabalhadores – Proposta 11/2012 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, conforme a lista de votações que a seguir se indica: -----

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	A Favor
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	A Favor
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Carlos Alberto Alves Pinheiro:	Faltou
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	Faltou
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. António José da Silva Breda:	A Favor
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Bruno Manuel Pereira Coimbra:	Faltou
. Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	A Favor
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	A Favor
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Faltou
. António Nogueira das Neves:	A Favor
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Eugénio Baptista da Cruz:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	A Favor
. Manuel Lindo Cardoso:	Faltou
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	A Favor
. José Alves Rosa:	Faltou
. José Manuel Rodrigues Martins:	A Favor

6 – NOMEAÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA OU SEU SUBSTITUTO PARA O XX CONGRESSO DA ANMP: -----

- O Senhor Presidente da Mesa solicitou que fossem apresentadas algumas propostas, pelo que este Congresso será de extrema importância devido a tudo o que já foi falado nesta sessão. -----

- Interveio o Senhor Vítor Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, para propor a nomeação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço para estar presente no XX Congresso da ANMP. -----

- Interveio o Senhor Delfim Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, para referir que não aceitaria a sua nomeação por uma questão de princípio, por não concordar com as políticas e com os maus exemplos que estão a ser levados a cabo pelo actual do governo, que querem cortar em tudo mas não dão qualquer exemplo e o bom exemplo, diz-se, vem sempre de cima.

 - O Senhor Presidente da Mesa entendeu os motivos do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço mas referiu que alguém tem que ser nomeado. Assim, solicitou aos Senhores Presidentes de Junta que dialoguem para que possam entrar em consenso e apresentar uma proposta de nomeação para o Congresso da ANMP. Não havendo qualquer proposta, sugeriu a nomeação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada.

 - O Senhor José Barroso Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, referiu que não estaria disponível para estar presente no referido Congresso.

 - A bancada do PS decidiu propor a nomeação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso para estar presente no XX Congresso da ANMP, que decorrerá no dia 29 de Setembro, em Santarém.

 - Senhor Presidente da Mesa referiu que não é da opinião que seja nomeado o nome de uma pessoa que não esteja presente nesta sessão, por não achar ético que seja nomeada uma pessoa que não está presente para se pronunciar. Colocou a proposta apresentada à votação, referente à Nomeação do Presidente de Junta de Freguesia ou do seu substituto para o XX Congresso da ANMP, e a mesma foi aprovada por maioria conforme a lista de votações que a seguir se indica:

VOTAÇÕES

. José Miguel da Rosa Felgueiras:	Contra
. Manuel Jacinto Gaspar Silva:	A Favor
. António Ferreira Ribeiro:	Abstenção
. Manuel Amorim da Silva:	A Favor
. Carlos Alberto Alves Pinheiro:	Faltou
. Guilherme José Campos Duarte:	A Favor
. Luís Filipe Tovim Ferreira:	A Favor
. Inês Alexandra Gomes Várzeas:	Faltou
. Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos:	A Favor
. António José da Silva Breda:	Contra
. Carlos Alberto Esteves Rodrigues:	A Favor
. Bruno Manuel Pereira Coimbra:	Faltou
. Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis:	A Favor
. Joana Margarida de Figueiredo Luís:	A Favor
. Rui Manuel Castro Frias:	Contra
. Fernando Manuel Silva Melo:	A Favor
. Pedro Nuno Figueiredo Duarte:	Abstenção
. Alípio de Jesus Gonçalves:	A Favor
. Sandra Isabel Ferreira Carvalho:	Faltou
. António Nogueira das Neves:	Contra
. Emídio dos Santos:	A Favor
. Eugénio Baptista da Cruz:	A Favor
. Delfim Manuel Neves Martins:	Contra
. Manuel Lindo Cardoso:	Faltou
. Jorge Campos Carvalho:	A Favor
. José Barroso da Cunha Felgueiras:	A Favor
. Vítor Manuel Alves de Matos:	Contra
. José Alves Rosa:	Faltou

. José Manuel Rodrigues Martins: Contra

- Interveio o Senhor Manuel Jacinto para referir que ficou aqui provada a união e o consenso (ou falta dele) dos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Mealhada. -----

- Interveio o Senhor Delfim Martins para referir que votou contra a proposta apresentada por não concordar que tenha sido nomeada uma pessoa que não se encontra presente nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para salientar que votou contra esta nomeação por não concordar que a proposta apresentada tenha recaído sob uma pessoa que não se encontrava presente nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Vítor Matos para referir que a questão levantada pelo Senhor Jacinto Silva não se aplica a esta questão concreta e que também votou contra pelas mesmas razões apresentadas pelo Senhor Delfim Martins e pelo Senhor Presidente da Mesa. -----

- Interveio o Senhor António Neves para referir que não tem nada contra o Senhor Homero Serra nem contra o representante da freguesia aqui presente. No entanto, é da opinião de que não estão reunidos todos os pressupostos para que esta votação tenha sido realizada, principalmente pela ausência do Presidente de Junta de Freguesia nomeado para o efeito. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que fará todos os esforços para que o Senhor Homero Serra esteja presente no referido Congresso. No entanto, se for designado para ir ao Congresso, referiu que estará disponível para estar presente, não por “panaceias”, mas sim pela sua terra, pelo seu concelho e pelo seu país. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para reforçar que esta votação e o seu formalismo são completamente correctos e legais. O que está em causa é apenas o princípio de que não se deve votar numa pessoa que não se encontra presente e que não se pode pronunciar sobre esta questão. -----

- Interveio o Senhor Vítor Matos para referir e salientar que não podemos partir de pressupostos. -----

7 - NOMEAÇÃO PARA O CONSELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL DE ANADIA: -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou que alguém queria usar da palavra e se existe alguma proposta para ser apresentada para a presente nomeação. ---

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para propor, em nome da bancada no PS, a nomeação do Senhor Manuel Jacinto para integrar o Conselho Consultivo do Hospital de Anadia. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para questionar se o Senhor Manuel Jacinto aceitaria esta proposta ou se haveria algum inconveniente para a sua nomeação. -----

- Interveio o Senhor Manuel Jacinto para agradecer a proposta efectuada pela bancada do PS e para referir que aceitaria com todo o gosto a presente nomeação, uma vez que exerce funções naquele Hospital pelo que não haverá qualquer inconveniente na sua nomeação. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação, por escrutínio secreto, a proposta apresentada para a Nomeação para o Conselho Consultivo do Hospital de Anadia e a mesma foi aprovada por unanimidade. Agradeceu a disponibilidade de todos os membros desta Assembleia Municipal na inclusão dos pontos extra-agenda que foram votados e informou que comunicará com a

devida antecedência as Assembleias de Freguesia da data da próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal para a discussão da matéria sobre a Reorganização Territorial da Reforma da Administração Local. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----
